Minha História Deixa Que Eu Conto

Ato II | Fundamentação teórica, metodológica e conceitual

Analize Nicolini | Ato II, 2026 | Projeto iniciado em 2024
Insistir em Existir: Protocolos de um Ateliê Público
SOMA Galeria, Curitiba | Edição para o site, outubro de 2026

A instalação *Minha História Deixa Que Eu Conto - Ato II* fundamenta-se em uma compreensão ampliada de diversidade, inclusão, acessibilidade e representatividade, entendidas não como valores declaratórios, mas como princípios estruturantes do espaço expositivo. A obra parte do reconhecimento de que dispositivos institucionais historicamente organizam a experiência da arte a partir de um corpo normativo - estatístico, funcional e culturalmente estabilizado -, produzindo zonas recorrentes de exclusão, silenciamento e inadequação.

Essa normatividade manifesta-se de forma concreta em parâmetros considerados técnicos e neutros, como a definição da altura média de exposição, naturalizada como eixo universal de leitura. Ao assumir esse critério como ponto de intervenção, o trabalho evidencia como decisões espaciais aparentemente operacionais sustentam hierarquias invisíveis de acesso e pertencimento.

Ao definir a distribuição das placas a partir da altura real da linguagem e da variação concreta do olhar humano, a instalação desloca o eixo da neutralidade arquitetônica para uma lógica relacional. O espaço deixa de operar como moldura universal e passa a responder às diferenças corporais, históricas e existenciais. Não se trata de adaptação compensatória nem de criação de setores especializados, mas de reorganização estrutural do campo expositivo a partir da pluralidade corporal. A obra propõe um sistema único e contínuo de leitura.

A metodologia articula registros antropométricos amplamente documentados, incluindo registros extremos de estatura humana, proporções entre estatura e linha de visão, diferentes posturas corporais - incluindo pessoas em cadeiras de rodas - e observação empírica dos usos do espaço público. Esses dados são convertidos em decisões formais, transformando o dado técnico em princípio ético: a recusa consciente de padronizações excludentes. A repetição seriada das placas sustenta espacialmente essa decisão, convertendo a variação corporal em modulação contínua de leitura.

A obra dialoga com a noção de opacidade formulada por Édouard Glissant, afirmando o direito de cada sujeito a não ser reduzido à transparência interpretativa. O espelho devolve a imagem, mas a linguagem interrompe sua captura imediata. O espectador não é convocado a decifrar identidades, mas a coexistir com diferenças irredutíveis. A opacidade estabelece uma relação baseada no respeito à complexidade subjetiva.

A dimensão fronteiriça da frase aproxima-se das formulações de Gloria Anzaldúa sobre autoria narrativa como gesto de soberania, resistência cultural e sobrevivência política. “Minha História Deixa Que Eu Conto” institui um território simbólico no qual representatividade não se reduz a espelhamento estatístico, mas afirma-se como exercício de autoria situada. Cada encontro com a frase reinscreve a fronteira entre o que foi imposto, silenciado ou apropriado e o que é retomado como gesto de existência.

Em diálogo com Paul B. Preciado, a instalação evidencia mecanismos biopolíticos que regulam corpos, espacialidades e regimes de visibilidade. Ao reorganizar o espaço expositivo a partir do corpo real, o trabalho desloca a arquitetura de uma lógica disciplinar para uma configuração relacional, na qual a diversidade deixa de ser tema ilustrado e passa a operar como estrutura material.

A condição intersexo da artista, associada à Síndrome de Insensibilidade Androgênica Completa (CAIS), integra a obra como referência existencial concreta. Não constitui tematização identitária, mas consequência da estrutura normativa que o trabalho tensiona. Essa experiência desloca-se do campo da objetificação médica ou midiática para o plano da presença cotidiana, afirmando o corpo dissidente como sujeito de memória e produção de sentido.

Nesse contexto, a acessibilidade é compreendida como direito material, não como concessão institucional. A instalação organiza estruturalmente as condições de leitura, permanência e circulação, ampliando o campo de presença corporal no espaço expositivo. O acesso integra a concepção da obra, em vez de aparecer como adaptação posterior.

A relação com o espectador é constitutiva. Cada corpo que atravessa a instalação atualiza o trabalho no encontro. A autoria se distribui sem se dissolver, preservando a integridade formal da obra ao mesmo tempo em que se abre à multiplicidade de experiências que a atravessam.

A instalação constrói, assim, um campo no qual corpo, linguagem e espaço operam de forma indissociável. Diversidade, representatividade e acessibilidade deixam de operar como enunciações e assumem forma estrutural. Nesse regime, artista e espectador coexistem como instâncias implicadas na produção de sentido, afirmando a possibilidade de uma experiência comum fundada na diferença.

Versão consolidada a partir dos dois textos de fundamentação fornecidos pela artista.